

Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de 1998, realizou-se, na sala de reuniões da FUNDEMA, uma reunião do Grupo de Trabalho Pró-Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão, com a seguinte pauta: discussão da minuta do decreto de criação do Comitê e da minuta do estatuto do mesmo, assim como o caminho a ser tomado para a obtenção da aprovação e assinatura pelo Governador do Estado. Ao apresentar-se a minuta do decreto surgiram algumas dúvidas e sugestões. Como o Eng<sup>o</sup> Adriano Stimamiglio, representante da SAMA, que questiona se não teríamos problemas já que existe um Rio Cubatão na região de Florianópolis, sugerindo deixar mais clara a localização do nosso Rio Cubatão. O rio localizado na região de Florianópolis denomina-se Rio Cubatão do Norte, mas assim mesmo decidiu-se consultar, na Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Secretário Executivo do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Geógrafo Rui Batista Antunes. O Eng<sup>o</sup> Adriano também coloca que o Município de Campo Alegre não contém nenhuma parte da Bacia do Rio Cubatão e, portanto, não deveria compor o grupo. O Veterinário Denilson de Souza Bandeira, representante da Prefeitura de Campo Alegre, disse que tinha a informação que existia parte da bacia em Campo Alegre (Rio Quiriri). O grupo definiu que também neste caso seria consultado o Geog. Rui B. Antunes da SDM. O Eng<sup>o</sup> Onévio Zobot, Secretário da Agricultura e Meio Ambiente, questiona se não deveria haver a participação da Câmara de Vereadores de Garuva. Será consultado o Geog. Rui B. Antunes para esclarecer a necessidade de incorporar esta Câmara neste momento, ou deixar para o Comitê definitivo. O Geólogo Marcus V. M. Fumagalli, representante da FATMA, frisou que quem vai determinar a qualidade da água necessária é a própria comunidade, representada dentro do Comitê, já que 40% dos componentes serão usuários da água, outros 40% representantes da população da bacia e apenas 20% representantes dos diversos órgãos da administração pública. O Eng<sup>o</sup> Zobot colocou que é preciso garantir recursos para a efetiva implantação do Comitê até que este possua arrecadação própria. No que sugeriu-se que fosse previsto um recurso exclusivo para o Comitê, no orçamento da FUNDEMA, equivalente a 10% do total orçado por ano para este órgão. O Eng<sup>o</sup> Décio de Oliveira Cabral, representante da FUNDEMA, disse que a CASAN deverá pagar ao Comitê pelo uso da água. Eng<sup>o</sup> Mário José Caye, representante da CASAN, alegou que a CASAN já paga através do Programa S.O.S. Nascentes. Os participantes da reunião concordaram que este é um assunto para se discutir mais para frente. Eng<sup>o</sup> Gert Fischer, representante da APREMA-SC, disse que a água, atualmente, é usada indiscriminadamente. Sr. Indalécio Schmech, representante da Associação de Moradores Dona Francisca, sugeriu que associe-se o Comitê ao Programa S.O.S. Nascentes. O Eng<sup>o</sup> Adriano colocou que o S.O.S. Nascentes já faz uma parte do gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão. Sr. Indalécio se disse preocupado com o peso das atribuições da comunidade no Comitê. Pois são os moradores da região que deverão ter a responsabilidade direta de não causar degradação, como dar o alerta caso ocorra qualquer problema. E citou o exemplo dos moradores de Piraquara, próximo à Curitiba, aonde os moradores recebem royalties devido residirem em área de mananciais captados para abastecimento público de água potável. Geólogo Marcus frisou que a comunidade é quem vai definir as ações a serem executadas no rio. Eng<sup>o</sup> Adriano colocou que o uso dos recursos da bacia não podem desobedecer a legislação ambiental. O Eng<sup>o</sup> Giampaolo B. Marchesini colocou que o Programa SOS Nascentes, o Plano de Manejo da APA, a legislação ambiental e a negociação dentro do Comitê devem somar-se. Sr. Indalécio disse que os

agricultores já estão em situação difícil e portanto não se deve apenas propor medidas conservacionistas, como a recomposição da mata ciliar, mas também alternativas tecnológicas sustentáveis e economicamente viáveis, o que o Eng<sup>o</sup> Dieter Klostermann, representante da Fundação 25 de julho, concordou e reafirmou. Sr. Curt Zastrow, representante da Antártica, se disse preocupado com a possibilidade do Comitê vir a inviabilizar a permanência da Antártica na bacia hidrográfica. O plenário colocou que os Comitês de Gerenciamento de Bacia Hidrográfica são moldados a funcionarem de forma altamente negociada, ou seja, todas as questões são discutidas de maneira que não ocorram prejuízos insuportáveis a ponto de inviabilizar qualquer atividade. Acredita-se que com bom senso e medindo-se os prós e os contras é possível chegar a bom termo. Eng<sup>o</sup> Gert lembrou o problema do uso indiscriminado dos agrotóxicos, que causam uma gravíssima poluição, imperceptível aos olhos leigos. Geólogo Marcus frisou que deve-se gerenciar bem a atividade de mineração, medindo-se seus possíveis impactos. Foi apresentada uma minuta de estatuto para o Comitê, necessitando-se complementar os itens que tratam dos órgãos que devem participar, e na proporcionalidade exigida por lei. O que o Geólogo Marcus se propôs a fazer até a próxima reunião. O Eng<sup>o</sup> Décio encarregou-se de obter e enviar cópias da Política Estadual de Recursos Hídricos (Lei n<sup>o</sup> 9748/94) e da proposta de decreto que regulamentará a Política Nacional de Recursos Hídricos. Vários representantes colocaram que é preciso alguma pessoa para ficar responsável pelo andamento dos trabalhos da Secretaria Executiva Provisória ou Grupo de Trabalho Pró-Comitê, no que o Eng<sup>o</sup> Décio sugeriu que o Eng<sup>o</sup> Giampaolo B. Marchesini fosse o coordenador desse trabalho. O que foi aprovado por todos os representantes. Nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a reunião, e esta ata vai assinada por mim, Eng<sup>o</sup> Agrônomo Giampaolo B. Marchesini, e pelos demais participantes.



